



Abril 2019 - ISSN: 1988-7833

ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NO EMPODERAMENTO FEMININO

Maria Cristina Ferolla¹
Wânia Maria Araújo²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Maria Cristina Ferolla y Wânia Maria Araújo (2019): "Abordagem interdisciplinar no empoderamento feminino", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (abril 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/04/empoderamento-feminino.html>

Resumo

Gênero, baixo nível escolaridade e renda são fatores presentes na exclusão social e compõem, de forma expressiva, os pré-requisitos para a situação de vulnerabilidade social. As mulheres de baixa renda acumulam estes pré-requisitos e compõem uma grande fatia dos indivíduos nesta situação. Junto a isso, ainda somam-se questões internalizadas, fomentadas por uma sociedade de valores machistas que acompanham as mulheres desde a antiguidade. Para o enfrentamento da exclusão social das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que vivenciam situações de vulnerabilidade social, apresenta-se uma proposta de ações extensionistas para um Centro Universitário do interior de Minas Gerais. Esta proposta contempla uma equipe interdisciplinar para atuar junto a essas mulheres com vistas a pensar ações que possibilitem incitar nestas mulheres seu potencial para o desenvolvimento local das comunidades onde residem. Este artigo tem como objetivo apresentar esta proposta de um projeto de extensão direcionado às mulheres de baixa renda, beneficiárias do Programa Bolsa Família que são atendidas na Clínica de Estética do referido Centro Universitário. A equipe interdisciplinar formada com profissionais da Psicologia e Estética convidará estas mulheres para participarem de Rodas de Conversa, dinâmicas e atividades que visam ao desenvolvimento do pensar e refletir sobre sua situação em relação aos diversos aprisionamentos femininos de que são vítimas ao longo de suas trajetórias. A troca de experiências e a discussão de temas propostos por elas podem contribuir para a compreensão sobre seus direitos e o seu empoderamento em suas comunidades. Esta proposta do projeto de extensão foi desenvolvida a partir de uma pesquisa realizada com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em torno de questões referentes ao padrão de beleza socialmente imposto, a percepção da autoimagem destas mulheres, suas interferências na autoestima e no empoderamento delas. Empoderar as mulheres pode corroborar para o desenvolvimento local.

Palavras chave: Desenvolvimento Local. Empoderamento. Gestão Social. Interdisciplinaridade. Mulheres de baixa renda. Programa Bolsa Família.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (GSEDL) do Centro Universitário UNA de Minas Gerais. Professora Titular do Curso de Estética do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR_MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil; cristina.ferolla@hotmail.com

² Wânia Maria Araújo Profª. Doutora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (GSEDL) do Centro Universitário UNA de Minas Gerais. Professora adjunta do Centro Universitário Una no Instituto de Comunicação e Artes (graduação, desde 2001) do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e professora da Universidade do Estado de Minas Gerais na Escola de Design, Belo horizonte, Brasil; wania.maria@yahoo.com.br

Abstract

Gender, low education and income are factors present in social exclusion and, significantly, the prerequisites for the situation of social vulnerability. Low-income women accumulate these prerequisites and make up a large share of individuals in this situation. Next to that, there are still issues internalized, encouraged by a society of macho values that accompany women since ancient times. To counter social exclusion of women in receipt of Family allowance program to experience situations of social vulnerability, presents a proposal for extension actions to a University Center of Minas Gerais. This proposal includes an interdisciplinary team to work with these women to think actions that make it possible to encourage these women your potential for local development of the communities where they reside. This article aims to present this proposal for an extension project targeted at low-income women, beneficiaries of the family allowance program are met at the clinic of aesthetic of the University Center. The interdisciplinary team formed with professionals of psychology and Aesthetics will invite these women to participate in Conversation wheels, dynamics and activities aimed at the development of the think and reflect on your situation in relation to the various women's imprisonments suffered along their trajectories. The exchange of experiences and discussion of themes proposed for them can contribute to the understanding of your rights and your empowerment in their communities. This proposal of the extension project was developed from a research conducted with women beneficiaries of the Family allowance program around issues related to socially imposed standard of beauty, the perception of self-image of these women, their interference in the self-esteem and empowerment of them. Empowering women can corroborate for local development.

KEYWORDS: Low-income women. Family Fellowship Program. Empowerment. Social Management. Local development. Interdisciplinarity.

Resumen

El género, bajo nivel escolar e ingresos son factores presentes en la exclusión social y componen, de forma expresiva, los prerequisites para la situación de vulnerabilidad social. Las mujeres de bajos ingresos acumulan estos prerequisites y componen una gran parte de los individuos en esta situación. Junto a eso, todavía se suman cuestiones internalizadas, fomentadas por una sociedad de valores machistas que acompañan a las mujeres desde la antigüedad. Para el enfrentamiento de la exclusión social de las mujeres beneficiarias del Programa Bolsa Familia que viven situaciones de vulnerabilidad social, se presenta una propuesta de acciones extensionistas para un Centro Universitario del interior de Minas Gerais. Esta propuesta contempla un equipo interdisciplinario para actuar junto a esas mujeres con miras a pensar acciones que posibiliten incitar en estas mujeres su potencial para el desarrollo local de las comunidades donde residen. Este artículo tiene como objetivo presentar esta propuesta de un proyecto de extensión dirigido a las mujeres de bajos ingresos, beneficiarias del Programa Bolsa Familia que son atendidas en la Clínica de Estética del referido Centro Universitario. El equipo interdisciplinario formado con profesionales de la Psicología y la Estética invitar a estas mujeres a participar en las Ruedas de Conversación, dinámicas y actividades que apunte al desarrollo del pensar y reflexionar sobre su situación en relación a los diversos encarcelamientos femeninos de los que son víctimas a lo largo de sus trayectorias. El intercambio de experiencias y la discusión de temas propuestos por ellas pueden contribuir a la comprensión sobre sus derechos y su empoderamiento en sus comunidades. Esta propuesta del proyecto de extensión fue desarrollada a partir de una encuesta realizada con mujeres beneficiarias del Programa Bolsa Familia en torno a cuestiones referentes al patrón de belleza socialmente impuesto, la percepción de la autoimagen de estas mujeres, sus interferencias en la autoestima y en el empoderamiento de ellas. Empoderar a las mujeres puede corroborar para el desarrollo local.

Palabras clave: Desarrollo Local. Empoderamiento. Gestión Social. Interdisciplinarietà. Mujeres de bajos ingresos. Programa Bolsa Familia .

1 INTRODUÇÃO

Embora se verifique avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento humano no Brasil seus efeitos sobre as desigualdades sociais não se reproduzem na mesma escala. Isso significa uma estrutura maior dos mecanismos de reprodução das desigualdades atrelados às questões históricas, sociais, culturais e políticas da construção da sociedade brasileira. É necessário, destacar que as dimensões das desigualdades sociais no Brasil ultrapassam critérios de ordem

excepcionalmente material e emanam, sobretudo, de padrões culturais e práticas sociais, historicamente enraizadas que denotam um modo de vida em sociedade (Souza, 2017).

Um dos grandes desafios na agenda de desenvolvimento brasileiro é o enfrentamento das desigualdades sociais. E neste contexto, a questão social passa essencialmente pela avaliação dos impactos das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, com objetivo de verificar avanços ou gargalos nas condições de vida, das populações em situação de vulnerabilidade social, e dentre elas, gênero e baixa renda são relevantes (Zagurski, 2016).

A abordagem interdisciplinar já é uma ação constante no meio acadêmico científico e quando se trata de abordar temas que envolvem mulheres e questões de gênero, é inevitável que se pense em uma perspectiva interdisciplinar. As diferenças de gênero tal como abordadas pela filosofia, história, educação, ciências sociais, psicologia, literatura e direito, por exemplo, demonstram a complexidade do tema (Freitas; Oliveira, 2017).

Há vários estudos que apresentam reflexões e análises das características e representações do corpo ao longo do tempo tornando possível observar que variam de sociedade para sociedade. A preocupação com o corpo demonstra uma necessidade científica de aprofundar os estudos referentes às distintas sociedades e surge da necessidade de compreender as rupturas culturais que se processam em relação aos estereótipos sobre o corpo, principalmente o feminino (Evangelista; Baptista, 2017).

De acordo com Evangelista; Baptista (2017) a mídia é usada para construir modos de viver: esse conjunto que dissemina ideologias e cria consciências coletivas conforme foi nomeado por Adorno e Horkheimer (1998) como Indústria Cultural. A indústria cultural lança uma grande quantidade de publicidade sobre as mulheres. Revistas designadas particularmente para esse público projetam conceitos de feminilidade, beleza e aparência física.

O Brasil ao assumir as inovações conceituais propostas pela Conferência Mundial sobre a Mulher, comprometeu-se em seguir a transversalidade no âmbito das políticas e das ações públicas como tática de ascensão de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Assim, reconhece a desigualdade entre homens e mulheres como uma constatação da não obediência aos direitos humanos e do estabelecimento de uma “agenda de gênero” empenhada com a participação social na construção de temas e propostas formuladas pelos movimentos feministas e suas diferentes vertentes (Farah, 2004).

Entretanto, Lemos (2005) acredita que mais do que criar políticas públicas, que atendam às necessidades das mulheres, como prática isolada, estas deveriam inserir em todo o processo de planejamento e formulação de ações, a perspectiva de gênero, no sentido de considerar a diversidade de situações vividas por estas mulheres. Para isso, é relevante se ter um olhar transversal sobre as questões de gênero ao elaborar planos de governo e políticas públicas. Propiciar às mulheres a capacidade de assumir protagonismo e autonomia é fundamental, uma vez que se tem observado uma multiplicidade de propostas, programas e ações alternativas para os problemas sociais contemporâneos, advindos das opressões de gênero e de suas disparidades e iniquidades como: a injustiça, as violências, a pobreza, ignorância e a insalubridade (LAGARDE, 1996; LISBOA, 2010a).

Calvelli; Loreto e Silva (2014) evidenciam que em algumas políticas públicas, como aquelas ligadas aos aspectos produtivos, a inclusão desta transversalidade não é tão simples, uma vez que há uma divisão do trabalho entre os sexos, estando atividades de *produção* ligadas aos homens e as atividades de *reprodução* atreladas às mulheres, na perspectiva do Estado.

Em 2014, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas – ONU – em estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de 188 países, o Brasil ficou em 75º lugar. No relatório consta que “Sustentar o progresso humano é reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência”, o que evidencia a necessidade de requerer as escolhas das pessoas e resguardar os resultados positivos da elevação do índice de desenvolvimento humano. Diante, disso o referido relatório assinala que a vulnerabilidade social ameaça o desenvolvimento humano, a menos que seja combatida de forma sistemática, pela mudança de políticas públicas e normas sociais (Zagurski, 2016).

Alguns avanços foram observados em função do processo de redemocratização e da composição de espaços de participação com representação da sociedade civil e das instâncias do poder público acatando a paridade de gênero. Entretanto, a normatização de direitos não asseguram, *a priori*, a ampliação da autonomia e o empoderamento das mulheres. Questões sociológicas agregadas a trabalho, à renda, à saúde, à violência, à sexualidade, ao corpo, entre outras temáticas, devem também ser consideradas (Rocha *et.al* 2017).

O desafio consiste nas palavras de Sen (2000), em aumentar e realçar o que conceitua

como “papel ativo da condição de agente das mulheres”. Ou seja, para o efetivo empoderamento e autonomia, é necessário criar as condições para que as mulheres adotem a sua condição de agente social, tanto no que diz respeito à eliminação das iniquidades ou injustiças que prejudicam o seu bem-estar, quanto no reconhecimento de que seu bem-estar é também associado à independência econômica e emancipação social. Reconhecer suas liberdades de escolhas de forma que possam trabalhar fora do âmbito doméstico, “ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família”, algo que Sen (2000) denomina como “intitamentos das mulheres” .

Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de uma mudança significativa em todas as esferas da sociedade e inclusive das próprias mulheres, pois são criadas envoltas em valores patriarcais, replicando práticas culturais machistas já internalizadas, passadas de geração a geração. A transposição destes valores que vem durante toda uma vida sendo perpetuados de geração a geração não é tarefa fácil, mas é possível quebrar antigos paradigmas e criar valores igualitários entre homens e mulheres, para que estas se empoderem verdadeiramente. Os relatos colhidos nesta pesquisa sinalizam como o aprisionamento feminino está presente em várias questões como a beleza, a submissão a padrões estéticos, a baixa autoestima, o baixo grau de escolaridade e a baixa renda. Pelo expressivo número que as mulheres representam na força de trabalho e no consumo, a necessidade de empoderá-las é algo essencial para que haja desenvolvimento local.

Com efeito, embasado no resultado da pesquisa em estudo, foi desenvolvido uma proposta de projeto de extensão no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR – fundamentada nas práticas interdisciplinares com os profissionais que atuam na área Estética, que engloba uma equipe multidisciplinar composta de profissionais diversos da área da saúde como: Esteticistas, Farmacêuticos, Nutricionistas, Fisioterapêutas, dentre outros e da Psicologia para uma maior proximidade e conhecimento das vivências destas mulheres para melhor discutir, junto a elas, ações que possam melhorar a sua qualidade de vida e promover o seu empoderamento.

2 DESIGUALDADE SOCIAL E GÊNERO

A dura realidade vivenciada no decorrer da história pelas mulheres em seu dia a dia, com subempregos, salários menores, violência doméstica, desde a idade antiga até os tempos atuais, tem sido tarefa árdua e ainda precisa ser superada. O universo feminino foi imposto um período brutal de submissão, dominado por homens ao longo da história. As imposições sociais a que as mulheres foram submetidas ao longo do tempo geraram comportamentos de subordinação e exclusão, constituindo uma realidade complexa que hoje demanda políticas públicas que possibilitem a emancipação feminina (Vergara; Silva; Spolavori, 2015).

Goelner (1999) expõe que há vários anos permanece uma mesma construção para os aspectos corporais da mulher, o corpo magro está ligado ao belo, enquanto o gordo precisa ser eliminado. Para a autora, a beleza retratada está aportada em padrões estéticos clássicos, que agrupou dimensões corporais proporcionais e harmoniosas com a espetacularização do erotismo na sociedade capitalista.

Além do corpo perfeito, para ser bela, é necessário ter qualidades capazes de seduzir e chamar para si o olhar do outro. Ser bela é ser atraente e sensual. E também feminina: graciosa, virtuosa, submissa ao ponto de não ameaçar os conceitos tradicionalmente demarcados para cada sexo (Goelner, 1999, p. 49).

Diante de construções históricas tão profundas relacionadas à submissão das mulheres e seus corpos a padrões estéticos e comportamentais a institucionalização de políticas públicas configura-se como uma das ferramentas para o combate das disparidades de gênero, exclusão social e das desigualdades. A ausência do empoderamento feminino e a exclusão social comprometem o desenvolvimento das potencialidades femininas e interfere de forma negativa no desenvolvimento dos países.

Estudos assinalam que a inclusão das mulheres junto aos homens nas esferas de poder é necessária para a implantação de práticas e ações para a promoção da igualdade de gênero, ou seja, relações mais igualitárias de trabalho para as mulheres, como também, estratégias que proporcionem o desenvolvimento do gênero feminino.

Na atualidade, já é sabido que é necessário emancipar as mulheres, sendo foco de inúmeras discussões e debates em todo mundo. Essa emancipação propicia uma mudança ideológica e comportamental da sociedade. Viabilizar e promover debates que permitam as mulheres visualizarem

e compreenderem seus direitos, estarem cientes do papel que elas têm a desempenhar para o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres é tema de grande interesse mundial (Couto; Sousa, 2010).

Promover condições para a emancipação feminina e a igualdade de gênero é uma importante ação para combater as inúmeras formas de violência contra a mulher. Que vão além da violência doméstica, pois estão nas desigualdades salariais, no assédio sexual e moral, no uso do corpo da mulher como objeto nas campanhas publicitárias, no tratamento desumano que muitas recebem nos serviços de saúde, o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas (Zagurski, 2016).

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da autoestima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis de autonomia pessoal e coletiva (Brasil, 2003, p. 48.).

3 POBREZA, GÊNERO E POLITICAS PÚBLICAS: EMPODERAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA

No Brasil o debate sobre pobreza e gênero apresentou-se de forma acentuada na década de 1970, quando foi criada a expressão “feminização da pobreza” para apresentar um quadro de declínio das condições econômicas das mulheres integradas com as mudanças demográficas, como a expansão da chefia feminina no País (IBGE, 2014)

É necessário entender que a luta contra as desigualdades de gênero na política está inserida numa grande estratégia governamental de desenvolvimento e de promoção de políticas sociais de combate à pobreza, que objetivam potencializar a geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda permanecem na sociedade na sociedade brasileira (Brasil, 2015).

A desigualdade causa impacto negativo no desenvolvimento de um país porque não possibilita o desenvolvimento dos recursos humanos disponíveis e afeta as externalidades positivas advindas da maior igualdade entre homens e mulheres (Deviá; Jerabek, 2016).

O desenvolvimento econômico tem provado ser insuficiente para diminuir as disparidades de gênero, sendo indispensável à adoção de políticas públicas específicas para abrandar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no campo da educação, do trabalho, da economia e da política (Banco Mundial, 2011). As políticas públicas devem ser compreendidas como um processo extenso e aplicado de resolução de problemas no âmbito da tomada de decisão governamental (Howlett; Ramesh; Perl, 2013) ou como entidades que “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (Secchi, 2013, p. 1) do qual as políticas de combate à desigualdade fazem parte.

Diversas políticas sociais redistributivas e de compensação de desigualdades foram implementadas no Brasil no período 2008-2015 para retificar as distorções que não foram eliminadas pelo desenvolvimento econômico. Dentre as políticas implantadas neste período, a de redução das disparidades de gênero é uma delas, visando a reduzir as desigualdades entre homens e mulheres. (Brasil, 2013, 2015).

Sua importância é observada ao revelar que a igualdade de gênero tem impactos na produtividade, as mulheres com suas aptidões e talentos, participam das atividades econômicas e representam mais de 40% da mão de obra e cerca de cinquenta por cento dos estudantes universitários do mundo (Banco Mundial, 2011).

A ascensão da igualdade entre homens e mulheres e da autonomia das mulheres encontra-se estabelecida pelos Objetivos do Milênio – ODM – proclamados em 2000 pelas Nações Unidas e entre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – estabelecidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Nações Unidas, 2000-2015).

A inclusão de uma agenda social fundamentada em direitos está ligada à tradição de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas que instiga os cidadãos a participar dos processos de tomada de decisões e de implementação de políticas sociais que lhes permitam fazer satisfazer a seus direitos (Bielschowsky, 2009).

Nesse sentido, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008, 2013) foram lançados para a ampliação da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas pelo Estado e também pelo reconhecimento governamental de que as políticas de promoção da igualdade e de

valorização das diversidades são necessárias para combater injustiças, dominação, exclusão e desigualdades. Neste contexto o papel do estado é fundamental.

Nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirme seu domínio e aos quais reivindique fidelidade. A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política – sem ela o governo não passa de tirania (Dworkin, 2005. p. IX).

No decorrer da história, observa-se que as mulheres vêm conquistando gradualmente seus direitos, uma vez que, inicialmente, eram excluídas de muitas garantias sociais. Porém, segundo Bandeira (2004), as políticas públicas, na maior parte das vezes, quando são elaboradas e dirigidas às mulheres, não levam em consideração a perspectiva de gênero em sua dimensão política, com objetivo de garantir ao segmento feminino maior equidade e igualdade nos diversos lugares sociais (Perez, 2017).

Para conceituar as diferenças que são construídas socialmente entre homens e mulheres, que, na maioria das vezes, são vistas como naturais, é necessário pensar na análise a concepção de gênero. Conforme Scott e Cordeiro (2006):

Gênero é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ –a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott; Cordeiro, 2006, p. 6).

Scott (1999) define gênero enquanto categoria útil não somente para entender o cotidiano feminino, pois, além disso, é necessária uma melhor compreensão da história dos homens, das relações entre homens e mulheres e das relações dos homens e das mulheres entre si; viabilizando uma análise mais significativa sobre as desigualdades e hierarquias sociais.

Ao debater sobre transversalidade de gênero em particular no campo das políticas públicas, pode-se pensar, segundo Bandeira (2005, p. 5), que consiste em “[...] elaborar uma matriz que permite orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo”. Assim sendo, através da política de transversalidade de gênero seria provável reorganizar as políticas públicas, de modo que a ação do Estado como um todo fosse a base da política para as mulheres.

Nesse contexto, como debate Felisberto (2012), a igualdade de gênero, particularmente no que se refere a papéis e espaços sociais, se encontra ainda em construção, mesmo perante a nova configuração da mulher na sociedade. Isso nos fundamenta para promover a discussão e a reflexão exaustiva pela complexidade do tema e a necessidade de se construir novas práticas e valores para que as mulheres ocupem o papel que lhes é de direito, saindo da condição de cidadãs vitimizadas para indivíduos com direitos iguais aos homens, para construção de uma sociedade mais justa e próspera.

Na busca pelo enfrentamento das diversas violências sofridas pelas mulheres ao longo da história, o padrão de beleza estereotipado a cada época é sem dúvida um aprisionamento que as mulheres devem se libertar, pois isso coloca em risco sua saúde física e psíquica. Trabalhar o empoderamento feminino das mulheres de baixa renda significa também criar meios para que esse processo de desenvolvimento se estabeleça de forma real.

Na classificação do índice sintético *Global Gender Gap Index* (GGI), revelado pelo Fórum Econômico Mundial (2016) com aproximadamente 150 países o Brasil ostentou a 79ª posição no geral, a 86ª posição no indicador “empoderamento político feminino” e a 120ª posição no indicador “mulheres no parlamento”.

Em função disso, é necessária a criação e implantação de políticas públicas, instituições e profissionais a serviço deste grupo, visto que o Estado já reconhece mundialmente à necessidade de empoderar as mulheres para que o desenvolvimento local aconteça.

Dentre os ODS encontra-se o objetivo de alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Mediante ações que afiancem a participação completa e efetiva das mulheres e a equidade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e a adoção de políticas sólidas e legislação aplicável com essa finalidade (Nações Unidas, 2000- 2015).

É necessário que a sociedade e principalmente as mulheres, contribuam para aprovação de novas leis que apoiem e deem condições a essas mulheres de enfrentarem as diversas formas de violência sofridas por elas em seu dia a dia. Neste sentido, para que ocorra essa participação, é necessário promover o desenvolvimento humano, como: o acesso à educação, a capacitação profissional, valorização do trabalho, dentre outros. Também é necessário que haja ações que favoreçam o fortalecimento psicológico destas mulheres para seu empoderamento se estabeleça.

Entretanto, só a criação de leis somente não institui por si só uma garantia de empoderamento, mas sua existência sem dúvida elimina barreiras, o que pode contribuir para que as mulheres hoje “desempoderadas” tenham acesso a recursos e possam desenvolver suas capacidades. A inserção destas mulheres, fazendo parte e sendo responsáveis pelos processos decisivos é importante para que ocorra o desenvolvimento local (Azevedo, 2017). A representatividade destas mulheres na construção de políticas públicas para o público feminino é fundamental, assim, essas políticas públicas terão maior possibilidade para que se possa combater de forma mais assertiva as lacunas existentes. A participação das mulheres em todas as instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas públicas para o combate a desigualdade de gênero, a pobreza, a baixa escolaridade, a sua capacitação profissional, será elemento constitutivo das estratégias de empoderamento. A viabilidade desta participação será possível com o desenvolvimento de suas capacidades, com a melhora em seu nível de escolaridade, com a oferta a estas mulheres de oportunidades de conhecimento para promover seu empoderamento psicológico, político e social.

No campo da informação, outra maneira de viabilizar processos de empoderamento é promover o acesso à informação não apenas às mulheres quanto aos seus direitos, mas também com informações sobre questões como cidadania e sobre a importância da sua participação nos processos decisórios coletivos. Uma das formas para manter o poder e as distanciar dos processos decisórios coletivos, como indivíduos inoperantes, é a falta de informação e transparência. Um dos elementos essenciais para o empoderamento é o acesso às informações de maneira clara e objetiva. O acesso à informação possibilita os indivíduos a assumirem posturas proativas e saírem da condição de “beneficiário”, vulnerável a cidadãos participativos.

A literatura científica também já sinaliza a complexidade do tema ao apontar os fatores gênero, pobreza, baixa escolaridade das mulheres contribuindo para o seu aprisionamento, vulnerabilidade e dificuldade em assumir e decidir sobre sua própria vida, bem como a dificuldade de sua participação nos processos decisórios políticos. Com efeito, não é possível que as mulheres enfrentem sozinhas tantos desafios.

4 EMPODERAMENTO, IGUALDADE SOCIAL

Em 20 de abril de 2017, o Insper, em São Paulo, recebeu o Fórum WEPs, promovido pela Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres para debater com representantes do setor privado o papel das empresas em defender o empoderamento das mulheres. O evento contou com a participação de 200 pessoas e ficou evidente que implementar um plano para eliminar a desigualdade no mundo corporativo, além de promover uma transformação significativa na sociedade como um todo, também é bastante interessante para os negócios (Xavier, 2017).

Para Lasch (2014) o espaço privado tem se tornado um lugar legítimo de intervenção do Estado e a política um novo dispositivo para a “gestão da pobreza” (Sposati, 1988). A presença do Estado, como mediador, inclusive no espaço privado é necessária. Sendo também necessária para o combate às injustiças sociais, através das políticas públicas desenvolvidas e implantadas objetivando a diminuição da pobreza, das desigualdades para o desenvolvimento humano e crescimento dos países.

Segundo Xavier (2017) ao reafirmar a importância do empoderamento feminino para a economia e para o desenvolvimento local, menciona alguns dados. “Uma pesquisa da *McKinsey Global Institute* mostrou que o desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho pode acrescentar até US\$ 12 trilhões ao PIB mundial até 2025”, revelou a representante do ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman. A seguir, ela alertou que nenhum país pode ser orgulhar de já ter alcançado a equiparação salarial e que 95% dos cargos de diretoria das empresas ainda são homens. “A gente sabe, mas não faz e, no atual ritmo de progresso, a igualdade de gênero no

trabalho não será atingida antes de 2095. Temos que apressar o passo”. Segundo a representante da ONU, a cultura organizacional de uma empresa interfere em seu quadro de funcionários, sua cadeia de valor e as comunidades onde atua, sendo fundamental o envolvimento do setor privado, onde estão 80% dos empregos e os maiores recursos financeiros (Gasman, 2009).

A Secretária Executiva da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, Beatriz Martins Carneiro, destacou que as mulheres estão subaproveitadas no poder e na tomada de decisões, recebem salários desiguais por trabalho igualitário e ainda sofrem diversos tipos de violência e discriminação. Também fazem 2,5 vezes mais trabalhos não remunerados. Ela ainda evidenciou a importância de medir, documentar e publicar os progressos conquistados, um dos sete WEPs (Forum de Princípios de Empoderamento) ou seja, os Princípios do Empoderamento Feminino na sigla em inglês. “Ao fazer isso, as empresas dão luz a essa questão, conseguem visualizar as desigualdades e se tornam mais preparadas para enfrentar os desafios da promoção da igualdade” (Xavier, 2017).

Para melhor entender esta dominação masculina é necessário refletir sobre o “poder”. No decorrer da história da humanidade, o termo “poder” suscita diversas interpretações, pois pode estar associado a eventos negativos, como, por exemplo, a história da escravidão. Somente após muitos séculos, as pessoas deram o verdadeiro sentido ao poder e das variadas formas de seu uso no que diz respeito à vida social, aos relacionamentos entre pessoas, às organizações.

Diversos autores escreveram sobre poder, e a dois pontos que todos têm em comum : relacionamento e influência. Bourdieu (1989, p. 7) define poder como sendo “um estado de autoridade onde há invariavelmente a dinâmica (relação de poder) entre dominador e dominado”. Para o autor, qualquer relação humana tem vínculos com a natureza simbólica (poder simbólico) que, mesmo sem perceber, fatalmente acaba influenciando na equidade, na conduta do indivíduo e nas relações – sejam elas de esferas de cunho religioso ou linguístico – ou até mesmo nas relações e nos símbolos estabelecidos na cultura organizacional (Bourdieu, 1989). es e às nações.

Neste contexto também se insere o conceito de “empoderamento” que remete à palavra “poder”, em destaque no que diz respeito às relações sociais (Krausz, 1991). O empoderamento detém diversos significados, podendo expressar controle, emancipação e até mesmo busca de poder social ou político. *Empowerment* “é um conjunto de procedimentos que visam a interação e o envolvimento das pessoas com o trabalho e que as impulsionam a tomar iniciativas e a interferir com ações no processo produtivo” (Herrenkohl, Judsos; Heffner, 1999, p. 375). O poder pode gerar autoritarismo, entretanto pode proporcionar valorização e crescimento profissional.

Segundo Lisboa (2010b, p. 7), “empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”.

Conforme descreve Fialho *et al.* (2018) o empoderamento consiste fundamentalmente em autonomia, atuando como uma máquina pela qual as organizações ou até mesmo os indivíduos tomam controle dos seus assuntos, destino, competências e habilidades. No quesito empoderamento e gênero, Prá (2006, p. 40) esclarece empoderamento da mulher e inclui nas relações de poder que “o empoderamento da mulher se refere ao poder e às relações dentro da sociedade que se entrecruzam com o gênero, a classe social, a raça, a cultura e a história”.

Ao averiguar a distribuição desigual de poder e de controle pelos grupos na sociedade atual, o *empowerment* comunitário reivindicaria a redistribuição desse arranjo. É um processo que inicia como parte do enfrentamento de fatores referentes à estrutura de poder presentes na esfera micro e macrosocial, o que logo implica a redistribuição do poder. Sendo esta redistribuição é processo e resultado da ascensão de empoderamento.

O processo de empoderamento tem espaço na esfera pessoal, intersubjetiva e política, em um processo contínuo, o que denota que o empoderamento só é presumível quando conhece e transcorrem todas essas esferas e reconhece as relações recíprocas entre macroestruturas e sujeitos individuais e coletivos (Carvalho, 2004). No lugar de proporcionar o aumento do poder em um indivíduo, o que já não seria alcançável se avaliarmos os atravessamentos diversos de poder sobre ele, o poder é ajuizado como passível de redistribuição pelos grupos. A existência de uma experiência subjetiva de empoderamento, não é ignorada, mas esta é sempre abarcada em um contexto político amplo partindo da premissa de que a desconstrução das relações sociais de poder pode ocorrer através da educação libertadora e emancipatória.

Segundo Paulo Freire a educação libertadora e emancipatória podem remeter a um processo simplista e individual de transformação. Mesmo que as pessoas consigam desenvolver níveis de independência, transformações maiores são necessárias para se falar em empoderamento (Freire; Shor, 2011). Frente a essa ressalva, os autores entendem o termo como empoderamento de classe social: “Indica um processo político de classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação” (Freire; Shor, 2011, p. 189).

De acordo com Gonçalves; Marinho (2016), para Freire é fundamental entender o processo de empoderamento como amplo e não individual. Para que se compreenda o processo de empoderamento em um sentido largo é necessário que os processos de empoderamento sejam políticos, contextualizados e visem a mudanças sociais.

Ainda de acordo com Gonçalves; Marinho (2016) outro importante conceito de empoderamento também pode ser bastante forte para a concepção e avaliação de práticas que visem promover a autonomia e a superação de desigualdade de poder em que as mulheres se encontram. A tradição latino-americana dos estudos de gênero, ou feminista, sinaliza alguns fatores que induziram à intensificação da aplicação do conceito de empoderamento: a transmissão do debate teórico sobre o poder nas experiências de base de mulheres (León, 1997) e o planejamento de estratégias para o desenvolvimento das mulheres na década de 1980 (Rowlands, 1997).

Na luta pela cidadania por indivíduos historicamente estigmatizados, a necessidade de ampliar seus horizontes para as mobilizações coletivas leva outros/as autores/as a se posicionarem sobre o papel do Estado no cuidado. Podemos assegurar que no Brasil a perspectiva politizada e setorizada que responde às demandas específicas de grupos em desvantagem, como mulheres e idosos, são relativamente jovens (Santos; Ferraz, 2017).

As políticas que têm como objetivo o atendimento a mulheres em situação de violência precisam articular medidas que atendam às necessidades de educação e ascensão à saúde física e mental das mulheres e seus filhos menores isenta de violência; acesso e inserção profissional, por meio da capacitação profissional; e outras medidas de elevação de autoestima que permitam a saída do ciclo de opressão (Zagurski, 2016).

4.1 Gestão Social: a construção do empoderamento feminino e o desenvolvimento local

Nas últimas décadas a gestão social assume importante papel acerca de sua aplicação em políticas sociais e ambientais, nas organizações do terceiro setor, no combate à pobreza, no desenvolvimento territorial, na edificação de uma gestão mais colaborativa e democrática (Leite; Andrade, 2013).

A gestão social pode colaborar para a emancipação e autonomia dos indivíduos, estes são elementos fundamentais para o funcionamento do desenvolvimento local. Na sociedade contemporânea o desenvolvimento não é mais tratado como meta meramente econômica. Está lenta transformação iniciada nas décadas de 60 e 70, não se mistura ou confunde a crescimento ou progresso econômico, assim sendo, abarcam dimensões maiores à plena realização da dignidade humana, como educação, saúde, sociedade civil e política.

Foi neste contexto, que se firmou a existência de um novo direito, o direito aos desenvolvimentos, que hoje ocupa um lugar relevante e central no sistema internacional de direitos humanos (Anjo Filho, 2013).

Assim sendo, o desenvolvimento na sua amplitude, deixou de ser objeto de estudo apenas da economia, mas hoje é tratado como um tema interdisciplinar, que envolve vários aspectos como: jurídicos, políticos, sociológicos e culturais, além de suas particularidades pelas diversas questões ideológicas que circulam ao redor do tema. O tema desenvolvimento é dinâmico e evolui conforme contexto histórico social (Furtado, 1980).

O desenvolvimento pressupõe mudanças dinâmicas e um processo de mobilidade social continua, ocorrendo um transposição de uma estrutura social para outra e a ascensão do nível econômico, cultural e intelectual de toda uma população local (Grau, 1981).

Para que isso ocorra, é necessária a atuação do estado na viabilização das reformas estruturais necessárias, na política dos países subdesenvolvidos, sendo pré-requisito para que o desenvolvimento aconteça, sendo fundamental a participação do estado como coordenador do planejamento. Tendo como foco modificar as estruturas sócias econômicas e a distribuição e descentralização de renda, promovendo a interação com a população no âmbito social e político (Bercovici, 1988).

Neste contexto, a gestão social, a interdisciplinaridade venha colaborar de forma relevante para o desenvolvimento local, conforme verificado na literatura. A Gestão Social segundo Fischer (2007) pode ser conceituada como um ato relacional

de comando e regulação de processos em função da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, chamado de agir comunicativo que culmine em parcerias intra e inter organizacionais, através da valorização de estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade em relação a fins e em relações a valores, almejando alcançar um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo.

A participação efetiva da interdisciplinaridade na gestão social, e sua integração com áreas diversas do conhecimento é uma realidade no combate das diversas demandas sociais estabelecidas. Frente a isso apresentamos algumas considerações sobre o conceito de interdisciplinaridade.

Segundo Leff (2000) a interdisciplinaridade pode ser compreendida como um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere especificamente às disciplinas científicas e suas prováveis articulações (Leff, 2000). Apresentando assim:

[...] a noção de interdisciplinaridade se aplica tanto a uma prática multidisciplinar (colaboração de profissionais com diferentes formações disciplinares), assim como ao diálogo de saberes que funciona em suas práticas, e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas (Leff, 2000, p.22).

A interdisciplinaridade não sugere só a integração como a multidisciplinaridade, mas a interação das disciplinas, de seus conceitos e diretrizes, de sua metodologia, de seus procedimentos, suas informações na organização do ensino. Corrobora com a ideia de trabalhar as diferenças, buscando, a partir disso, novos caminhos epistêmicos e metodológicos como forma de entender e agregar conhecimentos sobre as mais diversas áreas do saber (Azevedo; Andrade, 2007).

Assim sendo, a criação de um projeto de extensão para trabalhar o pensar, para refletir sobre o que o pensar revela sobre a condição de ser mulher, para orientar ações que possam, inclusive, ser pautadas nos princípios da gestão social e da interdisciplinaridade para contribuir no combate à submissão feminina ao padrão de beleza estereotipado e aos diversos valores até então praticados por uma cultura machista. Refletir sobre formas de transpor essas práticas patriarcais pode ser considerada uma ferramenta de inovação social e melhora na qualidade de vida destas mulheres.

5 PROJETO DE EXTENSÃO “EMPODERAMENTO FEMININO A PARTIR DA GESTÃO SOCIAL”

O projeto busca desenvolver o pensar e refletir sobre as vivências e os aprisionamentos das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família atendidas na Clínica de Estética do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR, bem como propiciar momentos de troca de informações relativas aos temas considerados relevantes para tais mulheres por meio de rodas de conversas, dinâmicas e palestras.

A formação de uma equipe interdisciplinar é uma estratégia possível para que o empoderamento feminino se estabeleça e possa colher seus frutos. Pensando nisso, foi elaborada esta proposta de criação de um projeto de extensão, constituído por profissionais da Estética e da Psicologia. Este projeto visa trabalhar de forma a criar um ambiente favorável para que as mulheres de baixa renda beneficiárias pelo Programa Bolsa Família possam, junto com a equipe, expor e refletir sobre as diversas questões vivenciadas por elas e sobre ações que possam promover seu empoderamento. Apresentar os diversos tipos de empoderamento, o papel das políticas públicas que contemplam a capacitação técnica, o desenvolvimento local, a inserção profissional, o acesso à informação e ao conhecimento, a oportunidade à educação tão importante para enfrentar essa complexa realidade e combater essa dívida histórica com as mulheres. A criação e implantação do projeto de extensão interdisciplinar é uma oportunidade para que as reflexões tenham espaço e se possam criar alternativas de ação em relação as suas realidades para que essas mulheres ocupem o lugar que lhes é de direito como cidadãs.

Os encontros com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no Centro Universitário de Formiga estão previstos para serão realizados quinzenalmente com a participação dos profissionais do curso de Estética e Psicologia segundo agenda prévia estabelecida em conjunto com as mulheres participantes e a equipe profissional. A divulgação será feita no Clínica Escola de Estética e Psicologia e nos murais do Centro Universitário. Os custos relacionados abaixo serão arcados pela instituição.

5.1 Proposta de projeto de extensão “Pelas Trajetórias de Mulheres Construindo um Espaço de Reflexão”

Possui como objetivo geral desenvolver o refletir e questionar sobre o aprisionamento histórico das mulheres frente às imposições dos padrões de beleza e suas implicações na sua qualidade de vida e no empoderamento das mulheres beneficiárias pelo Programa Bolsa Família.

E como objetivos específicos: reunir com as mulheres do Programa Bolsa Família que frequentam o Centro de Estética do UNIFOR para o exercício do pensar sobre suas trajetórias de vida; realização de Rodas de Conversa com as mulheres beneficiárias do PBF para refletir sobre o seu cotidiano, para trocas de experiências sobre suas trajetórias e para que elas possam identificar o que desejam pensar e refletir em torno de sua condição de ser mulher; efetuar dinâmicas que colaborem para o pensar, questionar, agir frente as adversidades sofridas; compartilhar ideias sobre as diferentes formas de enfrentamento das lutas diárias femininas; identificar possibilidades de incitar o exercício da cidadania para que possam conhecer a importância da participação dos cidadãos de direito, como elas, na construção de políticas públicas atuais, em especial as de enfrentamento das demandas femininas como: salários desiguais, submissão a padrões estéticos impostos por uma sociedade machista, violência doméstica, baixo nível de escolaridade etc; e proporcionar espaço para reflexões sobre a importância de empoderar e participar de forma consciente dos processos a respeito da construção de políticas públicas sociais para mulheres, idosos, negros, e ou pessoas em vulnerabilidade social.

Em aspectos metodológicos o projeto será desenvolvido no Centro Universitário de Formiga/MG – UNIFOR com mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família que são atendidas na Clínica Escola da entidade.

Será desenvolvida uma agenda em conjunto as mulheres participantes e os profissionais integrantes do projeto para organização dos encontros. Os temas dos encontros serão definidos numa primeira reunião e poderão ser alterados com o passar do tempo, visto que as mulheres participantes podem identificar novos interesses por novas informações e reflexões. A partir dos temas sugeridos pelas mulheres participantes é que os temas que esta pesquisa enuncia como importantes como: empoderamento, educação e capacitação técnica, construção social do gênero feminino e masculino, violências sofridas pelas mulheres em seu dia a dia poderão ser trazidos para as reflexões nas Rodas de Conversa e Dinâmicas a serem desenvolvidas.

A Roda de Conversa é uma modalidade de metodologia participativa muito utilizada para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. Diante deste conceito, procura-se instigar a participação e a reflexão, através adoção de uma postura de escuta e a circulação da palavra, como também o uso de dinâmicas de grupo conduzidas por um(a) facilitador(a), o diálogo entre os participantes é estimulado. Segundo Afonso e Abade (2008) definem Roda de Conversa: “É uma proposta dialógica que visa relacionar cultura e subjetividade”.

Segundo Oliveira; Araújo-Jorge; Carvalho (2107) a educação Freireana apresenta o diálogo problematizador como uma forma de aguçar a criatividade, pois o indivíduo age problematizando o que vê, ouve e percebe-se no mundo e desta maneira aprende, desenvolvendo a autonomia e o desejo de transformação. O homem crítico está inserido em um contexto social, dele participa, nele aprende e nele se liberta. (Freire, 2008). Para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inovadora, facilitador e mulheres participantes, integram-se em um processo de troca que favorece o conhecimento, a conscientização, a superação e, sobretudo, o desejo de transformação pessoal e coletiva (Berbel, 2012).

Geralmente na fase inicial é aplicada uma técnica de relaxamento e integração do grupo, na qual os facilitadores buscam atingir o objetivo de deixar as participantes confiantes e seguras. Isto facilita a integração do grupo e que as pessoas narrem suas histórias e as sugestões de quais caminhos poderiam ser percorridas para o enfrentamento das diversas demandas femininas e corroborar para seu empoderamento. Afonso e Abade (2008) ressaltam que a sensibilização é um momento crucial, uma vez que chama lembranças, sentimentos e ideias e se for realizada de maneira compartilhada no grupo, traz resultados melhores.

Outro importante instrumento é a dinâmica de grupo sendo utilizada como técnica de socialização e aprendizagem dos indivíduos. Frente a isso, é necessário entender o que vêm a ser um grupo. Alguns autores asseguram que para existir um grupo deve haver comunicação entre seus membros e objetivos comuns, sendo assim, para existir um grupo é necessária a interação entre duas ou mais pessoas, essa comunicação se dá através das necessidades. A formação de um grupo é

viabilizada em função de seus objetivos, que são diferentes dos objetivos individuais, que se comprometem, fundamentalmente, na ajuda entre seus membros (Alcantara; Silva; Cunha, 2017).

A dinâmica de grupo tem como objetivo facilitar o entendimento das pessoas para que ela seja uma ferramenta de capacitação na aprendizagem. Atualmente, a dinâmica de grupo é empregada no campo da gestão de pessoas, na expansão de treinamento, desenvolvimento e de habilidades em relações humanas, entre outras. Está prática torna interessante porque o indivíduo é sociável por natureza e apenas vive, ou sobrevive, em função de seus inter-relacionamentos grupais. A partir do nascimento, o sujeito participa de diferentes grupos, em uma constante exposição entre a procura de sua identidade particular, coletiva e social (Zimmerman; Osorio, 1997)

Este projeto tem como objetivo colaborar para impulsionar o empoderamento feminino, através da discussão e reflexão das questões que aprisionam as mulheres. Neste contexto, o empoderamento feminino coligado ao empreendedorismo auxilia e impulsiona a economia e contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade onde estão inseridas.

A Entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres - ONU Mulheres (2016) estimula o empoderamento feminino com o objetivo de inserir as mulheres em todos os níveis e atividades econômicas. O projeto condiciona que o empoderamento pode: construir economias fortes; estabelecer sociedades mais estáveis e justas; atingir objetivos ligados à sustentabilidade e direitos humanos reconhecidos internacionalmente; melhorar a qualidade de vida das pessoas e comunidades além de impulsionar operações de metas e negócios.

A literatura científica aborda que o empoderamento das mulheres tende a criar redes sociais, exercer o poder em favor de outras mulheres, gerar inclusão profissional e social, arquitetar oportunidades por meio de relacionamentos discursivos com homens, trabalhar a questão da inovação social e inclusão social nos processos de inovação social, aumentar a confiança e autoestima, gerar renda para proporcionar uma vida melhor para suas famílias, trabalhar para combater as desigualdades envolvidas no capitalismo competitivo, colaborar para reduzir a pobreza, incentivar as atividades empresariais femininas, e as mulheres carecem conquistar seu espaço e buscar seu potencial máximo para conquistar a capacidade de tomada de decisão e o empoderamento (Duminelli; Topanotti; Yamaguchi, 2017)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade da sociedade como um todo por grupos em vulnerabilidade social, em especial as mulheres, é cada dia mais clara para sociedade contemporânea.

Nós mulheres e a sociedade como um todo tem vivido dias árduos convivendo com casos de violência doméstica, feminicídios, remuneração salarial baixa, assédio, estupro, dentre tantas outras. O enfrentamento das inúmeras violências sofridas pelas mulheres, não é tarefa para amadores, é necessário capacitar para empoderar. Nesta perspectiva visualiza-se que é necessário apoiar essas mulheres para a criação de políticas públicas com a participação delas para o enfrentamento destas violências, bem como a participação de toda sociedade.

A sociedade precisa reconhecer a mulher como sujeito de direitos e de escolhas e colaborar, através de informações consistentes, claras e objetivas alternativas que promovam seu empoderamento para decisões sobre o seu corpo, sua profissão, sua maternidade, sua opção sexual ou quaisquer escolhas que venham assumir.

A formação de uma equipe interdisciplinar para trabalhar os diversos aspectos da subjetividade feminina favorece uma abordagem que considera a mulher em todos os seus aspectos. As diferentes percepções dos profissionais integrantes do projeto poderá propiciar a abordagem de questões apresentadas pelas mulheres beneficiárias do PBF a partir de diferentes perspectivas e juntas poderão pensar alternativas sobre caminhos possíveis para o enfrentamento de seus dilemas cotidianos e, quem sabe, poderão sentir-se empoderadas para tais enfrentamentos.

É importante refletir e compreender as amarras a que foram submetidas historicamente por serem mulheres pelas imposições de valores culturais machistas sobre si mesmas e seus corpos. Reflexões podem contribuir para a disseminação de valores que ressaltam as mulheres como cidadãs de direito, direito à inclusão social real, à conquista da igualdade de gênero, à participação nos processos decisórios, à inclusão política, à equiparação salarial. O ao reconhecimento do seu lugar na sociedade. A ruptura com os velhos paradigmas de submissão e o fortalecimento dos valores de respeito e igualdade entre os gêneros. É preciso que se entenda o contexto histórico do papel social da mulher até os dias atuais para que se possa situar a origem e os valores que as levaram a este quadro de vulnerabilidade.

O projeto de extensão, com seus integrantes de áreas distintas, integradas com as mulheres beneficiárias do PBF poderá se constituir como um espaço para a reflexão de informação de importantes temas para a construção de indivíduos emancipados. Estando fundamentada com referenciais teóricos críticos e reflexivos, presentes no processo de construção do conhecimento colaborando para que as mulheres se apropriem de seu poder e consigam se emancipar.

7 REFERÊNCIAS

Adorno, T. W. ; Horkheimer, M. (1985): **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Afonso, M. L. M.; Abade, F. (2008): **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (Recimam),.

Anjo Filho, R. N. (2013): **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva.

Alcântara, B. S.; Silva, R. P.; Cunha, L. da S. (2017): **Um estudo sobre a importância da dinâmica de grupo no processo de aprendizagem de professores**. Faculdade Promove de Brasília-DF..

Azevedo, M. A. R. de; Andrade, M de F. R. de. (2007): O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 30, p. 235-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a15n30.pdf> . Acesso em: 19 set. 2018.

Azevedo, M. D das G. de . (2017): **Violência obstétrica: percepção de médicos e enfermeiros obstetras sobre suas prática profissionais**. Dissertação, Diretoria de Educação Continuada e Pesquisa Programa De Pós-Graduação Em Gestão Social, Educação E Desenvolvimento Local. Centro Universitário UNA.

Banco Mundial. (2011): **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012**. Washington: Banco Mundial.

Bandeira, L. (2004): **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília (DF): Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_transversalidade_genero>. Acesso em: 19 set. 2018.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. (2003): **Políticas públicas para as mulheres**. Brasília (DF),.Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. (2005): Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas In: MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago de Chile: CEPAL, jun.

_____. (2013-2015): Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

_____. (2008-2015): **Políticas social redistributivas**.

Berbel, N. A. N. A. (2012): **Metodologia da problematização com o arco de Maguerez**: uma reflexão teórico epistemológica. Londrina: Eduel.

Bercovici, G. (2005): **Constituição econômica e desenvolvimento**: uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, p.45.

Bielschowsky, R. (2009): Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, Santiago, n. 97, p. 173-194, abr.

Bourdieu, P. (1989): **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand,.

Calvelli, H. G.; Loreto, M. das D. S. de; Silva, É. C. (2014): As relações de gênero e a Agricultura Família de Pesqueira (PE): O empoderamento feminino a partir da produção de matérias-primas para o biodiesel. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014. **Anais...** São Pedro (SP): ABEP.

Carvalho, S. R. (2004): Os múltiplos sentidos da categoria 'empowerment' no projeto de Promoção da Saúde. *Cadernos Saúde Pública*. [S. L.], v. 20, p. 1088-1095.. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Couto, S. F. M, Sousa, J. L. W. (2010): Aspectos da relação entre empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável. **Educação, Saúde e Meio Ambiente**.. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/aemv/article/download/11279/6365>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Deviá, V.; Jerabek, M. (2016): Desigualdade de gênero nos BRICS: uma análise longitudinal. In: SEMINÁRIO DISCENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 4., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, p. 1-21. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2017v20i1.33452>>. Acesso em 19 set. 2018.

Duminelli, M. V.; Topanotti, M. de B.; Yamaguchi, C. K. (2017): Análise dos estudos sobre o empreendedorismo e o empoderamento feminino”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, enero/marzo. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccsc/2017/01/empreendedorismo.html>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Dworkin, R. (2005): **A virtude soberana**. São Paulo: Martins Fontes.

Farah, M. F. S. (2004): Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, p. 47-71, jan.abr.

Felisberto, P. A. dos S. V. (2012): **TIC e as desigualdades de Gênero: Reprodução Social e Mudança nos Percursos Profissionais**. 2012, 111f. Dissertação-(Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social). Covilhã/Portugal.

Fialho, C. B.; *et al.* (2018): Empoderamento e Gênero: Um Estudo com Mulheres que Ocupam Cargos de Gestão em uma Universidade Federal. **Revista Administração em Diálogo**, [S. L.], v. 20, n. 1.

Fischer, T. M.D. (2007): O futuro da gestão. *HSM Management* 64 setembro outubro.

Freire, P. (2008): **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P.; Shor, I. (2011): **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra.

Fórum Econômico Mundial. The Global Gender Gap Report (2016): **World Economic Forum**. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

Furtado, C. (1980): **Pequena introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, p.20.

Gasman, N. (2009): **Fórum WEPs: empresas brasileiras se mobilizam pelo empoderamento das Mulheres**. Disponível em: < <https://agenciapatriciagalvao.org.br/tag/gustavo-venturi/?print=pdf-search>>. Acesso em: 20 set. 2009.

Grau, E. R. (1981): **Elementos do direito econômico**. São Paulo. RT. p.7-8.

Goelner, S. V. (1999): **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista, Educação Physica**.

Gonçalves, H. S. ; Marinho, P. A. S. (2016): Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, temas vários. Universidad de los Andes, n. 56. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.7440/res56.2016.06>>. Acesso em: 19 set. 2018. Paulo: Signus Editora, 2000.

Herrenkohl, R. C.; Judson, G. T.; Heffner, J. A. (1999): Defining and measuring employee empowerment. **The Journal of Applied Behavioral Science**. [S. L.], v. 35, n. 3, p. 373-389.

Howlett, M.; Ramesh, M.; Perl, A. (2013): **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier.

IBGE. (2014): **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

Evangelista, K. C. M.; Baptista, T. J. R. (2017): Mulher nova, bonita e carinhosa: uma análise de conteúdo da revista Ludovica. **Revista Café com Sociologia**. [S. L.]. v. 6, p. 263,.

Krausz, R. (1991): Compartilhando o poder nas organizações. São Paulo: Nobel.

Lasch, C. R. (2014): **Sexuación y subjetivación en las prácticas de asistencia en Chile**.

Lagarde, M. (1996): Identidad de género y derechos humanos. La construcción de las humanas. In: G. STEIN; L. PACHECO; S. PACHECO. (comps.). **Estudios básicos de derechos humanos**. San José, Inst. Interamericano de Derechos Humanos, p. 62-94.

Leff, E. (2000). **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**.

Leite, M. L. dos S. ; Andrade, B. S. (2013): Gestão Social, Interdisciplinaridade e Psicologia Social: Possibilidades, Experiências e limitações. **Revista NAU Social**. [S. L.] v.4, n.6, p. 152-158. mai./out.

Lemos, M. de O. (2005): Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas -uma experiência da Prefeitura de Santo André (SP). In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2.; 2005. **Anais...** São Luís: UFMA.

León, M. E. (1997): Empoderamiento en la Teoría y Práctica del Feminismo. In: LEÓN, M. (Org.). **Poder y Empoderamiento de Las Mujeres**. Bogotá, Colômbia: Tercer Mundo.

Lisboa, T. K. (2010a): Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun.

_____. (2010b): Políticas Públicas com Perspectiva de Gênero: afirmando a Igualdade e Reconhecendo as Diferenças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9.;2010. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9>.

Nações Unidas. (2000-2015): **Declaração do milênio das Nações Unidas**. Nova York: Nações Unidas.

ONU Mulheres- (2016): Entidade das nações unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. **Princípio de empoderamento das mulheres**..Disponível em:< http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf> Acesso: 15 dez 2016.

Oliveira, L. M. P.; Araujo-Jorge, T. C.; Carvalho, A. C C. (2017): Estratégias interativas para a educação e promoção da saúde no ensino de jovens e adultos: uma experiência sobre tuberculose. **Revista Ciências & Ideias**, v.8, n.2, 18p, maio / jul.

Oliveira, M. R. de; Freitas, C. C. de. (2017): Meninas da vila: uma perspectiva transdisciplinar do empoderamento feminino. In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO, 6, 2017, Inhumas. **Anais...** Inhumas: Universidade Estadual de Goiás.

Prá, J. (2006): Políticas públicas, direitos humanos e capital social. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijui.

Rowlands, J. O. (1997): **Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo**. Em Poder y empoderamiento de las mujeres, compilado por Magdalena León, 90-110. Bogotá: Tercer Mundo. Editores — Universidad Nacional de Colombia.

Rocha, B. N. *et al.* (2017): A Dimensão De Gênero No Índice De Vulnerabilidade Social (Ivs): Alguns Apontamentos Teóricos E Analíticos. **IPEA, Boletim Regional, Urbano E Ambiental**. [S. L.] n. 16, jan.-jun.

Santos, T. C.; Ferraz, W. F. (2017): Gênero feminino, beleza e autorrealização: uma análise da revista Claudia. **Revista Observatório**. [S. L.], v. 3, n. 5, ago.. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.24474266.2017v3n5p380>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Scott, P.; Cordeiro, R. (2006): **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e atores**. Recife: UFPE.

Secchi, L. (2013): **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning.

Sen, A. (2000): **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

Sposati, A. (1988): **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez.

Xavier, A. (2017): **Fórum WEPs: empresas brasileiras na luta pelo empoderamento das mulheres**. São Paulo, Brasil.

Zagurski, A. T. dos S. (2016): Autoestima e igualdade de oportunidades no âmbito das políticas públicas: uma abordagem apartir da teoria moral de John Rawls. **Revista da AJURIS**. Porto Alegre, v. 43, n. 141, dez.

Vergara; L. O. C.; Silva, A. S. C. da; Spolavori, R. A. (2015). Gestão e o novo empreendedorismo feminino: uma análise a partir de perspectivas de gênero e cultura trabalho apresentado en las jornadas de debate feminista, organizadas por cotidiano. **UdelaR**, Montevideo, 20 a 22 de julho.

Zimmerman, O de. (1997). **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed.